Collyer, Fran; Connell, Raewyn; Maia, João; Morell, Robert (2019), *Knowledge and Global Power: Making New Sciences in the South*

Fabício Neves

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/10803>

DOI: 10.4000/rccs.10803

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 setembro 2020

Paginação: 169-175

ISSN: 0254-1106

Referência eletrónica

Fabício Neves, « Collyer, Fran; Connell, Raewyn; Maia, João; Morell, Robert (2019), *Knowledge and Global Power: Making New Sciences in the South* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 122 | 2020, posto online no dia 10 setembro 2020, consultado o 25 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/10803> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.10803>

REVISÕES CRÍTICAS

Collyer, Fran; Connell, Raewyn; Maia, João; Morell, Robert (2019), *Knowledge and Global Power: Making New Sciences in the South*. Clayton: Monash University Publishing, 217 pp.

A ciência tem ocupado o centro das instituições sociais desde o século XVII e, desde então, sua força reside na capacidade de organizar a ordem cognitiva do mundo. Da mesma forma, seu produto mais valioso, o conhecimento, desde pelo menos o século XIX, coloca-se como um índice que separa o atraso do progresso, as luzes do obscurantismo. Neste sentido, a ciência é uma instituição que colabora em processos mais amplos de hierarquização da sociedade, com um léxico conhecido de expressões de uso comum e generalizado: metrópole/colônia, centro/periferia, ciência de ponta/ciência atrasada, impacto/irrelevância. Assim, mais do que uma mera ordem abstrata de métodos e teorias, a ciência sempre se relacionou com a ordem social mais ampla, imbricando-se a processos generalizados de poder (ver Merton, 1970; Morel, 1979; Shapin, 1995). O livro *Knowledge and Global Power: Making New Science in the South* (Collyer *et al.*, 2019), recentemente lançado pela editora Monash, oferece avanços empíricos para se pensar a relação entre hierarquias cognitivas globais, ciência e poder.

O ponto de partida dos autores é o que se convencionou chamar de economia global do conhecimento, ou seja, os modos como o conhecimento é feito, disseminado e recebido, e como tais processos são marcados por desigualdades, as quais colaboram na construção das hierarquias indicadas acima. No livro, esta economia

ainda é marcada pela hegemonia dos países do Norte global (expressão utilizada pelos autores da obra), em grande parte porque seus poderes imperiais construídos nos séculos XIX e XX mantêm-se relevantes para a concretização do seu lugar de centro da produção do conhecimento científico, influenciando os demais países localizados na periferia. Estes pontos têm como pano de fundo a teoria social pós-colonial, amplamente utilizada na obra.

Para discutir processos de hegemonia e dependência na ciência, os autores partem do estudo de novos campos de conhecimento – como são exemplo o VIH/SIDA, as mudanças climáticas e os estudos de gênero – em contextos do Sul global (especificamente no Brasil, África do Sul e Austrália). Tal foco é justificado lançando mão do argumento de que “novos domínios poderiam estar mais abertos a novos atores e não possuiriam limites resolvidos, e neles, as questões da dependência poderiam ser mais colocadas em causa” (Collyer *et al.*, 2019: xvi).¹ O que aproximaria estes países tem a ver com a posição dos mesmos na economia global do conhecimento no sentido da “extroversão” – termo usado por Hountondji (1997) para se referir à dinâmica prática da periferia, orientada tanto por conceitos, teorias e métodos do centro, como também pela incapacidade de esses países estabelecerem agendas globais de pesquisa, com objetos, métodos e teorias emergentes a partir das suas pesquisas.

¹ Todas as traduções apresentadas são da responsabilidade do autor.

O livro interessa também em função da escala global da pesquisa, possibilitando a comparação entre os casos escolhidos. Aqui cruzaram-se os mais variados métodos de coletas – entrevistas semiestruturadas com pesquisadores, fontes documentais, etnografia, ferramentas da Web of Science – e análises qualitativas – história de vida, história oral, análise documental – e quantitativas, usando dados bibliográficos dos autores e dos centros pesquisados. Esse conjunto de métodos constitui um quadro rico e amplo das questões elencadas, dando robustez ao argumento ao longo do texto. Os sete capítulos que compõem o livro estão bem concatenados, do mais conceitual capítulo 1, que introduz o conceito de economia global do conhecimento, ao capítulo 7, que relaciona as partes, apresentando uma visão global do significado dos achados da pesquisa. Neste caminho narrativo, entre as partes e o todo, pode-se perceber a lógica geopolítica do conhecimento científico. Há toda uma recente literatura dos estudos sociais da ciência e tecnologia, às quais o livro em tela veio a se somar, que tem assumido as desigualdades e hierarquias cognitivas como dependentes de determinadas dinâmicas institucionais e de poder, no caso, do controle de editoras, periódicos, universidades, agências de fomento e congressos internacionais (cf. Alatas, 2003; Beigel, 2012; Keim, 2008; Medina, 2013). Tais dinâmicas expressariam mecanismos de manutenção e promoção de conhecimentos e tecnologias do centro da produção científica global, reproduzindo desigualdades de toda a ordem. A obra em questão está em sintonia com essas perspectivas, que se

expressam por meio de abordagens estruturalistas que tendem a considerar diferenças hierárquicas na ciência com referência a dinâmicas de colonização cognitiva, fluxos desiguais de cientistas e conhecimento e, não menos importante, diferenças no fomento à ciência nos distintos espaços de prática científica.

Majoritariamente, tal literatura, à qual o livro se junta (mas não sem crítica), tende a tomar diferenças hierárquicas como estáveis, generalizadas e, *grosso modo*, quase naturais. Toma o centro a partir de locais geograficamente determinados como “Norte global” e tende a ter dificuldade em considerar a economia global do conhecimento em construção, ou seja, em constante processo de “cópia e transformação” (Collyer *et al.*, 2019: 146). Muitas vezes, esta literatura reproduz tacitamente o que ficou conhecido como “lugar central da ciência” na expressão de Dasgupta: “quando pensamos em ciência, geralmente nos restringimos a pensar acerca de um centro, que é pensado normalmente como incorporado em alguma comunidade científica europeia ou norte-americana” (Dasgupta, 2016: 382). A diferença centro/periferia não é problematizada pela maior parte dessa literatura, ao contrário, é tomada como objetiva e estrutural para a economia global do conhecimento. Em parte, repercute-se a famosa dicotomia estudada por Edward Said (2001) entre “Ocidente” e “Oriente”, em que a ideia de periferia corresponderia à ideia de Oriente.² O livro em questão junta-se a outros esforços teóricos (ver Ferreira, 2019; Medina, 2014; Medina *et al.*, 2014;

² O orientalismo é definido como um estilo de pensamento que distingue onto e epistemologicamente “o Oriente” e (a maior parte do tempo) “o Ocidente”. Estes estilos de pensamento como a distinção “Oriente” e “Ocidente”, “centro” e “periferia” necessitam opor uma parte a outra e produzem sempre hierarquias com alta carga de valor depreciativo, quase sempre racistas, no afã de ressaltar o próprio valor de superioridade. “[...] a cultura europeia ganhou em força e identidade comparando-se com o Oriente como uma espécie de identidade substituta e até mesmo subterrânea, clandestina” (Said, 1990: 15).

Neves, 2014) que visam exatamente ir contra estas naturalizações ao se focarem na prática e em processos pelos quais o conhecimento científico (e as diferenças hierárquicas) é criado cotidianamente, com recursos e interesses localizados, embora em constante interação com cenários globais de produção científica. Muitos destes novos estudos, mesmo que reconhecendo processos estruturais de hierarquização, preferem tratar de processos de autoatribuição (Neves, 2020) que organizam e estabilizam diferenças hierárquicas. Retornarei a este ponto mais adiante.

A pesquisa que serviu de suporte para o livro ajuda no desafio da desnaturalização acima mencionada. Importa aos autores “carreiras pessoais, privilégio institucional, interesses nacionais, lealdade cultural, necessidades sociais e – não menos importante – os próprios interesses do conhecimento” dos pesquisadores do Sul global (Collyer *et al.*, 2019: 22). Neste nível de análise, enfatizando aqui a dimensão etnográfica, as diferenças hierárquicas são vistas articulando-se com as práticas rotineiras, estratégias de carreiras e expectativas culturais mais amplas, de modo a oferecer ao leitor um quadro da economia global do conhecimento em transformação nos novos domínios de pesquisa escolhidos pelos autores da obra. Nestes domínios, as hierarquias entre Norte e Sul são apresentadas contra o estereótipo difundido.

Pesquisadores no Sul frequentemente combinam ativismo com pesquisa. Eles tinham e ainda têm fortes conexões com o Norte. Para muitos, estas começaram com um período de estudo fora [do local

de origem], maioritariamente envolvendo formas de colaboração com financiadores e pesquisadores do Norte. Estes relacionamentos ainda são por vezes desiguais e parasitários, alinhando-se com a concepção de extroversão de Hountondji. Mas, nestes novos domínios há mais espaço para os pesquisadores do Sul usarem sua *expertise* e localização para moverem o pêndulo para longe do domínio do Norte e em direção a termos mais igualitários de engajamento. Em alguns casos, os nossos pesquisadores do Sul reivindicam paridade com pesquisadores do Norte – mesmo que frequentemente admitam que permanecem dependentes dos fundos de financiamento do Norte. (Collyer *et al.*, 2019: 52)

As hierarquias, portanto, são aqui refeitas e, a meu ver, a razão para isto se relaciona às agendas de pesquisa globais ou à sua negação.³ A ordem legítima de símbolos, práticas, valores e crenças que governam a ciência global é reconhecida como vinculada exclusivamente ao seu suposto centro. No caso da economia global do conhecimento, instaura-se uma ordem legítima por meio da construção de agendas de pesquisas internacionais, com capacidade de reprodução ampla por meio de fluxos desiguais de pesquisadores, publicações, congressos e patentes cuja estabilidade é dinâmica, como mostra o livro em questão. Na dimensão da construção do conhecimento, as agendas internacionais legítimas operam na distinção do conhecimento válido (com poder de circulação) e não

³ No capítulo 4 do livro em questão, é apresentado um mapa estatístico dos três domínios pesquisados, mostrando, em um período de 35 anos (1980-2015/2016), o pleno domínio dos *Publishers* e periódicos dos Estados Unidos da América, com alguma participação inglesa e alemã. Aqui também se nota a influência de agendas de pesquisa do Norte na manutenção das hierarquias ao dominar os meios de produção e reprodução da ciência.

válido (local, de pouca circulação).⁴ Como afirma Latour (2000: 371-372):

Em outras palavras, não precisamos opor o conhecimento local dos chineses ao conhecimento universal dos europeus, mas apenas dois conhecimentos locais, só que um tem forma de rede, e transporta móveis imutáveis num trajeto de ida e volta para atuar a distância. [...] Quem inclui e quem é incluído, quem localiza e quem é localizado não são coisas que constituam diferenças cognitivas ou culturais, mas que resultam de uma luta constante.

Esta luta, claro, é muito desigual. Afinal, lembremos Merton (1968), ao expressar o “efeito Matheus”: quem tem mais tende a ganhar mais, quem tem menos, tende a ganhar menos. Há no sistema científico uma tendência inercial à “oligopolização”, cuja dinâmica é também expressa pela capacidade das “centrais de cálculo” (Latour, 2000) a impor sua agenda. Isso se relaciona à circulação unilateral, seja de pessoas (do Sul que buscam treinamento no Norte), seja de ideais (do Norte importados pelo Sul). Cria-se entre os diversos locais de prática científica uma cumplicidade que mantém as dinâmicas de poder intactas, beneficiando coletivamente o “centro” e alguns indivíduos na “periferia”, supostos porta-vozes de teorias e métodos alhures.⁵

A tendência ao acúmulo inercial de crédito científico por parte das centrais de cálculo contamina também aqueles que por lá passam, dotando-lhes de condições de partida diferenciadas que acabam refletindo no produto científico imediato, ou seja, pesquisa, publicação, patente, em um jogo que ninguém perde: ganha a central de cálculo, a despeito da qualidade de sua formação, ganham os cientistas que por lá passam, a despeito de sua competência. (Neves e Lima, 2012: 271)

O livro é farto em relatos que respondem e acrescentam a este debate, a começar pelo estudo de trajetórias e histórias cotidianas (capítulo 3) e da influência do uso massivo das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas práticas profissionais. É dada atenção, no entanto, para aspectos de “subversão” da mera cópia de padrões do Norte, em função, exatamente, desses novos domínios estarem em construção, fomentando mais espaços para proposição de novas e criativas estratégias para lidar com as desigualdades de toda a ordem, as quais vão impactar na produção de novas agendas. Estas estratégias envolvem *networking* por meio das novas TIC que “amplificam o espaço do pesquisador” ao mantê-lo, quase sincronicamente, informado dos conhecimentos e técnicas desenvolvidos em outros contextos (Collyer *et al.*, 2019: 74). Em vez de os pesquisadores treinados no Norte repercutirem

⁴ O trabalho de Pinheiro (2018) mostra de forma incontroversa a atuação de editores de periódicos internacionais conhecidos no controle da agenda editorial, de interesse para o Norte global, contra uma agenda de objetos e teorias do Sul.

⁵ Vale uma nota com um curioso relato de pesquisa. Participei de uma banca de qualificação de doutorado em que um colega com formação em uma universidade europeia inicia sua fala afirmando: “eu e [nome ocultado] somos os maiores conhecedores da teoria [nome ocultado] no Brasil”. Nos bastidores, o membro externo da banca, sem poupar na ironia, quis saber mais do colega e me perguntou se ele tinha procuração do autor da teoria – que ele julgava saber mais que o resto do Brasil – para representá-lo no meio dessa “gente ignorante”.

diretamente tais aprendizados em seus países de origem, reproduzindo agendas de fora, articulam as suas condições de trabalho – simbólicas (conhecimentos locais), institucionais e materiais – com tais aprendizados. Parte desses processos, segundo os autores, levaria a uma reformulação do conceito “extroversão” de Hountondji (1995):

[m]ais que simplesmente descrever como a periferia imita o Centro, nós sugerimos que extroversão poderia se referir melhor ao processo complexo (e por vezes contraditório) no qual os trabalhadores do conhecimento lidam ativamente com subordinação. (Collyer *et al.*, 2019: 81)

Ou seja, o que vemos é uma passagem conceitual da ideia de “imitação” para a de “lidar com a subordinação”. Isso significa que a abordagem das assimetrias na economia global do conhecimento deveria observar mais detalhadamente as negociações e estratégias criativas que os cientistas realizam em seus cotidianos profissionais, levando, não raras vezes, à contestação. Claro que estas estratégias criativas ainda esbarram em questões bem tratadas no livro, a saber, o domínio da língua inglesa como linguagem científica universal e o controle das editoras do Norte sobre o fluxo total de conhecimento. Mesmo aí há buscas de alternativas para escapar desse domínio, por exemplo, quando

editores do Sul priorizam a feira do livro de Guadalajara, no México, à poderosa feira do livro de Frankfurt, entrando em um mercado massivo de “publicações em língua espanhola, atraindo aproximadamente 2000 editoras de 40 países anualmente” (*ibidem*: 144), destacando, aos olhos do Norte, autores do Sul global que não teriam oportunidades de apresentar seus trabalhos, seja por conta da língua, seja pela limitação de editoras locais.⁶

O livro é extensivo nos temas, abordagens e casos apresentados, no entanto, penso que dois outros passos poderiam contribuir para aprofundar a compreensão das dinâmicas de poder e hierarquia na economia global do conhecimento. Por um lado, poderia haver maior vinculação com uma literatura já madura sobre os Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT) – deficitários na obra – e, por outro, abordar as construções das hierarquias do conhecimento sob a perspectiva das dinâmicas subjetivas de periferização e subalternização dos trabalhadores do conhecimento do Sul.

Nos casos dos ESCT, em geral, enfatizam-se elementos contextuais do conhecimento produzido, portanto, dever-se-ia suspender o foco nos aspectos que exprimem sua universalidade, utilizando-se métodos de investigação que permitissem localizar a verdade científica no seu contexto social mais imediato, no seu local de prática, em situações cotidianas. Pode-se observar esta ênfase, em particular, na noção de Donna Haraway de “conhecimento situado” e na

⁶ Destaca-se assim uma outra forma de estratégia que busca maior conexão científica entre países do Sul global. E não podemos deixar de mencionar o caso brasileiro do programa governamental Ciência sem Fronteira, que entre 2012 e 2016 financiou (em 13 bilhões de reais) aproximadamente 93 mil estudantes brasileiros para estudos e pesquisa no exterior. Cerca de 99% das bolsas foram destinadas a universidades de países do Norte global – como, por exemplo, Estados Unidos (27 821 bolsas), Reino Unido (10 740 bolsas), Canadá (7311 bolsas), França (7229 bolsas) e Austrália (7074 bolsas) –, sendo pouquíssimas as bolsas que foram destinadas a países do Sul global (43 bolsas para o Chile, 18 para o México e 16 para a África do Sul). Estes números nos informam que, pelo menos no Brasil, a estratégia Sul-Sul não tem quase nenhum apoio político (dados consultados a 22.03.2020, em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelo-mundo>).

ideia de Helen Longino de “epistemologia local” (Thorpe, 2007: 72). Esta posição epistemológica abriria novas possibilidades de estudo, buscando a diversidade em contraposição à suposta unidade que os termos “Norte/Sul”, “colônia/metrópole”, “centro/periferia” e “economia global do conhecimento”, sugerem. O foco na prática poderia revelar mais diversidade nos variados contextos pesquisados, acrescentando mais uma dimensão à ideia dos autores do livro do “sistema global do conhecimento como [...] imperfeitamente integrado” (Collyer *et al.*, 2019: 154).

Finalmente, um outro foco a incrementar à pesquisa seria o das dinâmicas subjetivas de periferização e subalternização. O processo de legitimação de hierarquias na ciência – que indicam o “Sul” e o “Norte”, o “centro” e a “periferia” – sustenta-se, como dito acima, na prática que se orienta por expectativas hierárquicas generalizadas. Em contextos nos quais os trabalhadores do conhecimento atribuem-se a si mesmos uma condição de inferioridade, suas expectativas sobre o conhecimento, método e objeto que produzem se veem inferiorizados e periferizados, a despeito do que quer que façam: “a prática cotidiana da ciência nestes contextos é orientada por valores e procedimentos, conscientes ou não, de subalternização” (Neves, 2020). Ou seja, há uma tendência,

subjetivamente orientada, que no Sul global os trabalhadores do conhecimento já partem de uma posição de inferioridade, porque, ao ter como referência outros contextos – onde se formaram, periódicos nos quais os líderes de suas áreas de saber publicaram, congressos de grande circulação –, criam “dinâmicas atencionais” (Zerubavel, 2015) que organizam a lógica da relevância científica contra si.

Neste sentido, juntando-se a ideia de prática dos ESCT com a ideia de dinâmicas subjetivas de inferiorização, possivelmente o mapa global do conhecimento poderia ser outro. Ficam as perguntas: como esta pesquisa se comportaria se suspendêssemos os julgamentos prévios a respeito da ciência do “Sul” e do “Norte”, do “centro” e da “periferia”? Como seria vista a ciência produzida pelos trabalhadores do conhecimento do Sul se o parâmetro fosse exclusivamente os seus próprios objetivos, incluindo objetos e agendas locais e publicações em periódicos nacionais? O livro não se propõe a respondê-las, mas as respostas a estas questões serão fundamentais para a compreensão mais aprofundada das dinâmicas de hierarquização da ciência.

Fabrício Neves

Revisto por Alina Timóteo

Referências bibliográficas

- Alatas, Syed F. (2003), “Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences”, *Current Sociology*, 51(6), 599-613.
- Beigel, Fernanda (org.) (2012), *The Politics of Academic Autonomy in Latin America*. Farnham: Ashgate Publishing.
- Collyer, Fran; Connell, Raewyn; Maia, João; Morell, Robert (2019), *Knowledge and Global Power: Making New Science in the South*. Clayton: Monash University Publishing.
- Dasgupta, Deepanwita (2016), “Scientific Practice in the Contexts of Peripheral Science: C. V. Raman and His Construction of a Mechanical Violin-Player”, *Perspectives on Science*, 24(4), 381-395.

- Ferreira, Mariana (2019), “Periferia pensada em termos de falta: uma análise do campo da genética humana e médica”, *Sociologias*, 21(50), 80-115.
- Hountondji, Paulin J. (1995), “Producing Knowledge in Africa Today: The Second Bashorun M. K. O. Abiola Distinguished Lecture”, *African Studies Review*, 38(3), 1-10.
- Hountondji, Paulin J. (1997), *Endogenous Knowledge: Research Trails*. Dakar: Codesria.
- Keim, Wiebke (2008), “Social Sciences Internationally: The Problem of Marginalisation and Its Consequences for the Discipline of Sociology”, *African Sociological Review*, 12(2), 22-48.
- Latour, Bruno (2000), *Ciência em ação*. São Paulo: Unesp.
- Medina, Eden; Marques, Ivan; Holmes, Christina (orgs.) (2014), *Beyond Imported Magic: Essays on Science, Technology, and Society in Latin America*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Medina, Leandro R. (2013), “Objetos subordinantes: la tecnología epistémica para producir centros y periferias”, *Revista Mexicana de Sociología*, 75(1), 7-28.
- Merton, Robert K. (1968), “The Matthew Effect in Science: The Reward and Communication System of Science”, *Science*, 199, 55-63.
- Merton, Robert K. (1970), *Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England*. London: Harper Torchbooks.
- Morel, Regina Lúcia de Moraes (1979), *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Neves, Fabrício (2014), “A contextualização da verdade ou como a ciência torna-se periférica”, *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 14, 556-574.
- Neves, Fabrício (2020), “A periferização da ciência e os elementos do regime de administração da irrelevância”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(104), e3510405. Consultado a 08.06.2020, em <https://doi.org/10.1590/3510405/2020>.
- Neves, Fabrício; Lima, João Vicente Costa (2012), “As mudanças climáticas e a transformação das agendas de pesquisa”, *Liinc em Revista*, 8(1), 268-282.
- Pinheiro, Joaquim (2018), “A geopolítica do conhecimento em periódicos científicos internacionais: a controvérsia entre editoras e editores sobre as questões agrária e camponesa”. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Said, Edward W. (1990), *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Tomás Rosa Bueno.
- Shapin, Steven (1995), *A Social History of Truth*. Chicago: Chicago Press.
- Thorpe, Charles (2007), “Political Theory in Science and Technology Studies”, in Edward J. Hackett; Olga Amsterdamska; Michael Lynch; Judy Wajcman (orgs.), *The Handbook of Science and Technology Studies*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Zerubavel, Eviatar (2015), *Hidden in Plain Sight: The Social Structure of Irrelevance*. New York: Oxford University Press.

Reflexiones sobre el libro de Luzzi, Mariana; Wilkis, Ariel (2019), *El dólar. Historia de una moneda argentina (1930-2019)*. Buenos Aires: Crítica, 334 pp.

A grandes rasgos, aunque un poco arbitrariamente, podemos decir que la sociología económica y las investigaciones afines en Argentina se han centrado en los estudios sobre élites y los cambios estructurales en el sistema económico, por lo que cabe mencionar al menos tres líneas de estudios en ese sentido. En primer lugar, una perspectiva relacionada con la historia económica y la economía política que pone el énfasis en los cambios de los patrones de acumulación de los diferentes modelos económicos y las fracciones del capital concentrado que lo han venido deteniendo (Azpiazu *et al.*, 1989; Basualdo, 2006). En segundo lugar, se encuentran los análisis corporativistas que se enfocan en las prácticas y formas de organización de las corporaciones empresariales trascendiendo las visiones clasistas para propiciar el estudio de otros factores como las intervenciones discursivas del espacio público (Palomino, 1988; Barsky, 2013; Lázzaro, 2015), incluyendo variables político-ideológicas (Martínez Nogueira, 1988; Acuña, 1995). Por último, cabe mencionar una tercera línea que aborda los vínculos específicos entre el Estado y las corporaciones con una perspectiva neoweberiana, es decir, relevando los valores y formas de socialización de las clases dirigentes (Viguera, 2000; Sidicaro, 2003; Beltrán, 2006) y los recientes estudios provenientes de la sociología económica (Castellani, 2009; Heredia, 2015) que han indagado en la combinación de elementos estructurales, institucionales, ideológicos y discursivos de las líneas de estudio descritas para analizar las relaciones entre organizaciones empresariales, Estado y élites a fin de entender los espacios privilegiados de acumulación

en las estructuras de dominación política. La sociología económica propone el abordaje de los objetos económicos desde diferentes perspectivas y categorías negando la automatización de los sistemas económicos y destacando el plano cultural, político y social de los mismos. Así, el tema central que ocupa a los autores de este libro se ubica entre las interpretaciones que desde hace unos años resaltan la importancia de la divisa estadounidense en la economía argentina. Entre estas se pueden mencionar las que pusieron el foco en la inflación, el origen, sus causas y los problemas contemporáneos que genera en el sistema económico argentino (Rapoport, 2011; Chelala, 2014; Giarrizzo, 2019). Por otra parte, se encuentran los estudios centrados en la predilección por el dólar y la restricción externa en las condiciones estructurales del funcionamiento de la economía argentina (Wainer y Schorr, 2014) y los clásicos debates en torno a los proyectos político económicos opuestos y los problemas de generar un sendero de desarrollo industrial (Diamand, 1972; 1983), rescatado actualmente por otros autores (Kulfas, 2020; Natanson, 2020). Por último, cabe mencionar los estudios que enfatizan la ascendencia y consolidación de la divisa estadounidense como moneda internacional y sus efectos en la economía argentina como expresión del cambio en las relaciones monetarias internacionales desde los acuerdos de Bretton Woods y las crisis internacionales desde los años 1970 (Aglietta y Coudert, 2015). El libro de Luzzi y Wilkis (2019) puntualmente viene a culminar un conjunto de investigaciones realizadas en los últimos años en el campo de la sociología

económica del dinero (Zelizer, 2009, 2011, 2015), especialmente centrada en las prácticas monetarias como partes de un proceso cultural desplegado por vastos sectores de la sociedad. El uso del dinero y el crédito en el mundo popular (Luzzi, 2008, 2010a, 2013; Wilkis y Partenio, 2010; Wilkis, 2013, 2014a, 2014b; Wilkis y Roig, 2015) y las investigaciones más generales sobre la estructura socioeconómica argentina (Del Cueto y Luzzi, 2008; Luzzi, 2010b) llevaron a los investigadores del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) a preocuparse por la importancia que el dólar ha ido adquiriendo en las prácticas culturales, especialmente aquellas que involucran a los sectores populares. En este marco, Wilkis y Luzzi vienen a ofrecer una mirada diferente que adopta como categoría principal la “popularización del dólar”. En suma, un proceso que provee a las personas de un arsenal de prácticas monetarias y afectivas para lidiar con el mercado de cambios y los avatares económicos.

La hipótesis principal del libro plantea que la popularización del dólar se consolidó en Argentina gracias a la sedimentación de un proceso de larga duración que puede dividirse en etapas y que articula al mundo institucional financiero y cotidiano. Con esta propuesta los autores entienden que el dólar no solo es un instrumento de cambio, sino una entidad que se redefine en cada contexto histórico para finalmente convertirse en un artefacto cultural que penetró cada vez más amplios actores sociales. Los autores sostienen que desde 1930 la divisa norteamericana comenzó a introducirse en vastos sectores de la sociedad. A las diversas interpretaciones antes señaladas sobre la tendencia de los argentinos a recurrir al dólar, los autores proponen como complemento una mirada cultural que permitiría analizar las diversas mediaciones que consolidaron prácticas

monetarias entre las personas y las instituciones financieras para finalmente hacer del dólar una categoría del entendimiento. El prístino control de cambios desde 1930, frente al abandono del patrón oro por parte de Inglaterra y la devaluación de la libra, hizo que los países situados bajo su órbita de influencia se vieran obligados a tomar medidas interventoras que gestaron, tanto en la prensa como en el humor gráfico, expresiones que alertaban sobre la fluctuación del dólar. Durante el peronismo y la hegemonía estadounidense en el orden financiero la divisa norteamericana ya era objeto de disputas políticas. Periódicos de alcance nacional como *La Prensa*, *La Nación* y *Clarín* abrieron las discusiones públicas sobre el mercado de cambios y la falta de dólares para contribuir a una embrionaria expresión de popularización. En los años 1960, con el abrupto salto en la cotización del dólar (de 37,70 a 70 pesos) durante el ascenso a la presidencia de Arturo Frondizi (1958-1962), los desbordes en las casas de cambio de Buenos Aires ocuparon las portadas en una época en que la fotografía aún era un recurso escaso en la prensa gráfica. Además, en aquel entonces irrumpían las pedagógicas voces de los intelectuales de la economía, la asociación del dólar “dólar-lomo” y una creciente práctica de “especulación hormiga” que buscaba ganar rentabilidad en momentos de crisis. En suma, para los autores se trataba de una creciente popularización de la divisa del Norte.

Ya en los años 1970, el humor televisivo de mayor audiencia mostraba cómo la práctica de comprar monedas extranjeras iba a contracorriente de las devaluaciones y los fallidos esfuerzos por detener el éxodo de divisas, llevando a los medios a presentar al dólar como una de las mejores opciones de inversión. Durante el gobierno de Lanusse (1971-1972), las punitivas normas sobre el mercado de cambios convirtieron

en delictivas acciones que anteriormente se consideraban infracciones leves. No obstante, la presencia del dólar en la vida de los argentinos se había vuelto tan importante que en la campaña de 1973 los partidos políticos incorporaron la cuestión del mercado cambiario como insignia principal, agudizada luego con la gran devaluación del “rodrigazo”.

Con la eliminación de los controles y restricciones de la mano del ministro Martínez de Hoz (1976-1981) que buscaban desarticular la “represión financiera”, se ensanchó el sistema financiero pero el problema de la inflación y la instauración de las devaluaciones prefijadas convirtió al dólar en un ancla para las expectativas. En esta etapa, los diarios consultaban coloquialmente a economistas y hombres de negocios, y en 1981 se hizo pública la primera solicitud¹ por devolución de ahorros tras una quiebra bancaria que mostró la expresión colectiva de los ahorradores. La popularización del dólar también se expresaba en ambientes más amplios como el mercado futbolístico, las obras de arte, el mundo del espectáculo, etc.

Durante la democracia (1983-1989), la práctica de comprar dólares y el seguimiento de la actualidad económica eran herramientas instaladas. Las columnas económicas en los diarios y noticieros se inauguraron para un público amplio y, después de la inflación que arrasó con el ministro Grinspun (1983-1985), los medios gráficos y el periodismo reflejaron la preocupación y las posibilidades de inversión: dólar, Bonex, plazo fijo, acciones, etc. Los bancos interpelaban a la ciudadanía, incluso a la tercera edad, mostrando la extensión de las conductas financieras y, tras la solidez monetaria que supuso el Plan Austral, el mercado cambiario siguió ocupando

el primer lugar en los medios, el humor gráfico y la campaña electoral. Finalmente, la hiperinflación de 1989 extendió la dolarización a varios productos y para los años 1990, la psicología del dólar reflejaba en la publicidad los estados de ánimos individuales y colectivos.

En los gobiernos menemistas (1989-1999), la atención por el dólar era tal que los diarios modernizaban la infografía incorporando su actualización cada media hora. La convertibilidad desplazó al dólar desde la prensa hacia los depósitos bancarios y dirigió a los pequeños ahorradores hacia otras prácticas como la adquisición de tarjetas de créditos, préstamos y fondos de inversión. Sin embargo, tras la crisis del 2001 y la apertura del mercado cambiario, las casas de cambio y sus anteriores prácticas volvieron a la escena demostrando que la cultura del dólar era una norma. El corralito y la “marcha de la bronca” contra la retención y el control de los depósitos dolarizados de los pequeños ahorradores fue la contracara de un proceso de movilización que venía gestándose hacía décadas, a consecuencia de la creciente bancarización de las familias.

El ciclo kirchnerista (2003-2015) cuenta con diferentes fases; los primeros años se caracterizan por una combinación de quietud cambiaria, baja dolarización de los depósitos y un mercado informal que casi no aparecía en las noticias. Este último volvió a dar señales de alarma con los controles del ministro Boudou (2009-2011) tras la crisis financiera internacional del 2008 y el peso de los vencimientos de la deuda externa que condicionaban los intentos de reducir la demanda. Las preferencias por el mercado “blue” desataron estrategias para adquirir dólares, tales como la compra de títulos con su posterior liquidación en

¹ Artículo o noticia cuya publicación interesa a un particular y que a petición de este se inserta en un periódico mediante pago.

el exterior, las extracciones de moneda extranjera en cajeros automáticos fuera del país y el encargo a “viajeros” para que recorrieran las casas de cambio internacionalmente. Estas nuevas prácticas se consolidaron y pasaron a formar parte de la popularización del dólar. A pesar de los esfuerzos oficiales, el cepo fue el eje de las noticias junto a libros y aplicaciones que ofrecían la última información practicando una “pedagogía financiera” para que la cuestión del dólar se convirtiera en una “batalla cultural”.

Durante el gobierno de Mauricio Macri (2015-2019), un inestable mercado de cambios que llevó al dólar a los 40 pesos con la eliminación del cepo cambiario, los fracasos de la alianza Cambiemos al intentar reducir los índices de inflación y la herramienta incesante de alzar las tasas de interés, se combinaron en 2018 con una sequía que redujo severamente el volumen de la cosecha, a lo que se sumó una subida en las tasas de interés estadounidenses. Como resultado, la inevitable fuga de capitales marcó el ritmo y las pruebas futuras de un gobierno que aplicaba una política oficial destinada a contener al dólar con el apoyo del FMI. Así, la palabra dólar, que era la que mayores índices arrojaba en Twitter y Google, marcó minuto a minuto la cultura argentina, reflejando la extensión social de la divisa estadounidense.

En resumen, Luzzi y Wilkis, sostienen que el proceso de popularización convirtió al dólar en una “institución política”, transformándolo en una herramienta cognitiva y simbólica para el desarrollo en contextos económicamente erráticos. A su vez, en amplias capas sociales el dólar otorga

cierta autonomía y margen de acción frente al Estado, especialmente a los sectores populares, como se ha subrayado. No obstante, cabe advertir que el concepto de “popularización del dólar”² al que recurren los autores para construir una narrativa histórica puede tener algunos efectos nocivos. En los últimos capítulos, y naturalmente más cercano al presente, este concepto puede reflejar en alguna medida la voluntad de los sectores populares al recurrir a los altos índices de participación en los nuevos medios de comunicación, especialmente las redes sociales, aunque ofrece dudas sobre cómo identificar esos sectores a través de redes que representan a un espectro social amplísimo. En cuanto al análisis histórico habría que considerar que más allá del *corpus* de fuentes documentales utilizadas, constituido por noticias, editoriales, artículos, publicidad, avisos clasificados, tiras y viñetas humorísticas, publicaciones periódicas, filmes, obras de teatro, etc., existen serias limitaciones para lograr identificar a qué sectores populares se hace referencia y en qué medidas estos consumen los medios de comunicación señalados según la periodización del libro.

Los historiadores que se proponen estudiar los sectores populares a menudo enfrentan dificultades de este tipo, es decir, las de resolver cuáles son los límites de las fuentes que no son producidas y/o consumidas por los sectores analizados. Así, los primeros capítulos, que se inscriben en un recorrido histórico del dólar, podrían estar forzando un análisis al ver efectivamente a los sectores populares en manifestaciones artísticas y comunicacionales que no reproducen

² El historiador Gabriel Di Meglio (2013) ha advertido que el concepto de sectores populares incluye en su definición un elemento importante para el análisis: la noción de diferencia social. Sin embargo, a pesar del mérito de poder aglutinar diferentes casos, carece realmente de un elemento unificador para identificar un sujeto independiente del resto de la sociedad con criterios relacionados propios de una condición subordinada.

fehacientemente su idiosincrasia. La narrativa para construir una “historia de la popularización” del dólar entraña dificultades que, a la sazón, pueden reflejar un pobre trabajo historiográfico al no definir qué sectores específicos se están caracterizando. La propuesta de construir un relato que examine las prácticas económicas de los sectores populares en un ámbito nacional y agregado parece prácticamente imposible, sobre todo en el pasado, debido a la escasez de fuentes que permitan analizar de forma directa su participación social. En todo caso, y a pesar de que las fuentes usadas por los investigadores son variadas,

puede ser una alternativa señalar las limitaciones y ajustar las ambiciones de una propuesta metodológica circunscrita a testimonios de bonaerenses y santafesinos, y a medios de alcance nacional. Quizás también podría ser viable hablar antes de popularización, de mediatización, sin negar los importantes antecedentes de la conformación de amplias prácticas culturales en torno al dólar; eso sí, definiendo de qué sector social estamos hablando.

Ignacio Rossi

Revisado por José Morales

Referencias bibliográficas

- Acuña, Marcelo Luis (1995), *Alfonsín y el poder económico: el fracaso de la concertación y los pactos corporativos entre 1983-1989*. Buenos Aires: Corregidor.
- Aglietta, Michel; Coudert, Virginie (2015), *El dólar. Pasado, presente y futuro*. Buenos Aires: Capital intelectual. Traducción de Víctor Goldstein.
- Azpiazu, Daniel; Basualdo, Eduardo; Khavisse, Marcelo (1989), *El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80*. Buenos Aires: Legasa.
- Barsky, Osvaldo (2013), “Las políticas agrarias en tiempos del kirchnerismo”, in Juan Javier Balsa (comp.) *Discurso, política y acumulación en el kirchnerismo*. Buenos Aires/Bernal: Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini/Universidad Nacional de Quilmes, 341-368.
- Basualdo, Eduardo (2006), *Estudios de historia económica argentina: desde mediados del siglo XX a la actualidad*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Beltrán, Gastón (2006), “Acción empresaria e ideología. La génesis de las reformas estructurales”, in Alfredo Pucciarelli (comp.), *Los años de Alfonsín ¿El poder de la democracia o la democracia del poder?* Buenos Aires: Siglo XXI, 199-243.
- Castellani, Ana (2009), *Estado, empresas y empresarios. La construcción de ámbitos privilegiados de acumulación entre 1966 y 1989*. Buenos Aires: Prometeo.
- Chelala, Santiago (2014), *La era de la inflación. Política económica de las crisis argentinas*. Buenos Aires: Ediciones B.
- Del Cueto, Carla; Luzzi, Mariana (2008), *Rompecabezas. Transformaciones en la estructura social argentina, 1983-2008*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- Di Meglio, Gabriel (2013), *¡Viva el bajo pueblo! La plebe urbana de Buenos Aires y la política entre la revolución de mayo y el rosismo*. Buenos Aires: Prometeo Libros.

- Diamand, Marcelo (1972), “La estructura productiva desequilibrada argentina y el tipo de cambio”, *Desarrollo Económico*, 12(45), 25-47.
- Diamand, Marcelo (1983), “El péndulo argentino: ¿hasta cuándo?”. Buenos Aires: CERES – Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social.
- Giarrizzo, Victoria (2019), *Atrápame si puedes. El secreto de la inflación argentina*. Buenos Aires: La Reserva Ediciones.
- Heredia, Mariana (2015), *Cuando los economistas alcanzaron el poder (o cómo se gestó la confianza en los expertos)*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Kulfas, Matías (2020), “La economía después de la grieta”, *Le Monde Diplomatique*, XXI(247), 4-6.
- Lázaro, Silvia (2015), “La política agraria del peronismo: el acceso a la propiedad de la tierra: arrendamientos y colonización”, in Osvaldo Graciano; Gabriela Olivera (coords.), *Agro y política en Argentina, Tomo II. Actores sociales, partidos políticos, e intervención estatal durante el peronismo, 1943-1955*. Buenos Aires: Ciccus, 135-195.
- Luzzi, Mariana (2008), “La institución bancaria cuestionada. Actitudes y representaciones de los ahorristas frente a los bancos en el contexto de la crisis de 2001 en Argentina”, *Crítica en Desarrollo*, 2, 173-190. Consultado el 27.04.2020, en <http://www.idaes.edu.ar/cese/revista/Luzzi%20Revista%20Critica%20No2.pdf>.
- Luzzi, Mariana (2010a), “Las monedas de la crisis. Pluralidad monetaria en la Argentina de 2001”, *Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Quilmes*, 2(17), 205-221.
- Luzzi, Mariana (2010b), *Problemas socioeconómicos de la Argentina contemporánea, 1976-2010*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- Luzzi, Mariana (2013), “Compte rendu de thèses soutenues: *La monnaie en question. Pratiques et conflits à propos de l'argent lors de la crise de 2001 en Argentine*”, *Revue Française de Socio-Économie*, 1(11), p. 259.
- Luzzi, Mariana; Wilkis, Ariel (2019), *El dólar. Historia de una moneda argentina (1930-2019)*. Buenos Aires: Crítica.
- Martínez Nogueira, Roberto (1988), “Las organizaciones corporativas del sector agropecuario”, in AAVV (comps.), *La agricultura pampeana: transformaciones productivas y sociales*. Buenos Aires: CISEA, 295-322.
- Natanson, José (2020), “Conservar el centro”, *Le Monde Diplomatique*, XXI(247), 2-3.
- Palomino, Mirta L. de (1988), *Tradición y poder: la Sociedad Rural Argentina (1955-1983)*. Buenos Aires: CISEA, 295-322.
- Rapoport, Mario (2011), “Una revisión histórica de la inflación argentina y de sus causas”, in Juan Santiago Fraschina; Juan Manuel Vázquez Blanco (comps.), *Aportes de la Economía Política en el Bicentenario*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 135-165.
- Sidicaro, Ricardo (2003), *Los tres peronismos: Estado y poder económico – 1946-55/1973-76/1989-99*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Viguera, Aníbal (2000), *La trama política de la apertura económica en la Argentina (1987-1996)*. Buenos Aires: Al Margen.

- Wainer, Andrés; Schorr, Martín (2014), “La economía argentina en la posconvertibilidad: problemas estructurales y restricción externa”, *Realidad Económica*, 286, 137-174. Consultado el 13.04.2020, en http://www.iade.org.ar/system/files/ediciones/realidad_economica_286.pdf.
- Wilkis, Ariel; Partenio, Florencia (2010), “Dinero y obligaciones generizadas: las mujeres de sectores populares frente a las circulaciones monetarias de redes políticas y familiares”, *La Ventana – Revista de estudios de género*, 4(32), 177-213.
- Wilkis, Ariel (2013), *Las sospechas del dinero. Moral y economía en la vida popular*. Buenos Aires: Paidós.
- Wilkis, Ariel (2014a), “Una sociología moral de las relaciona bancarias”, *Desacatos*, 44(1), 210-215.
- Wilkis, Ariel (2014b), “Sobre el capital moral”, *Papeles de Trabajo*, 8(13), 164-186.
- Wilkis, Ariel; Roig, Alexandre (2015), *El laberinto de la moneda y las finanzas. La vida social de la economía*. Buenos Aires: Biblos.
- Zelizer, Viviana A. (2009), *La negociación de la intimidad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Zelizer, Viviana A. (2011), *El significado social del dinero*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Zelizer, Viviana A. (2015), *Vidas económicas. Cómo la cultura da forma a la economía*. Madrid: CIS – Centro de Investigaciones Sociológicas.

Fabício Monteiro Neves

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília
Campus Universitário Darcy Ribeiro/UnB – Instituto de Ciências Sociais,
CEP: 70910-900, Brasília (DF), Brasil
Contacto: fabriciomneves@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2886-0577>

Ignacio Rossi

Instituto del Desarrollo Humano, Universidad Nacional de General Sarmiento
Pringles 922, C1183 AER, Buenos Aires, Argentina
Contacto: ignacio.a.rossi@outlook.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3870-1630>